

AUGUSTO NEVES DAL POZZO

O DIREITO ADMINISTRATIVO DA INFRAESTRUTURA

São Paulo

2020



CONTRACORRENTE

Copyright © EDITORA CONTRACORRENTE

Rua Dr. Cândido Espinheira, 560 | 3ª andar
São Paulo – SP – Brasil | CEP 05004 000
www.loja-editoracontracorrente.com.br
contato@editoracontracorrente.com.br
www.editoracontracorrente.blog

Editores

Camila Almeida Janela Valim
Gustavo Marinho de Carvalho
Rafael Valim

Equipe editorial

Coordenação de projeto: Juliana Daglio
Revisão: Marcelo Madeira
Diagramação: Denise Dearo
Capa: Maikon Nery

Equipe de apoio

Fabiana Celli
Carla Vasconcelos
Fernando Pereira
Regina Gomes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Ficha Catalográfica elaborada pela Editora Contracorrente)

D136 DAL POZZO, Augusto Neves.
O Direito Administrativo da Infraestrutura | Augusto Neves Dal Pozzo – São Paulo:
Editora Contracorrente, 2020.

ISBN: 978-65-884701-76

1. Direito Administrativo; 2. Infraestrutura; 3. Estado Moderno; I. Título. II. Autor.

1184929

CDD: 346
CDU: 336.006

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

📧 @editoracontracorrente
f Editora Contracorrente
🐦 @ContraEditora

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	9
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I – APROXIMAÇÃO AO CONCEITO DE INFRAESTRUTURA PÚBLICA	16
1.1 A importância do estudo científico da infraestrutura	17
1.2 Infraestrutura: uma abordagem histórica do termo	21
1.3 Por um Direito Administrativo da Infraestrutura em oposição ao Direito da Infraestrutura: um necessário resgate do Direito Administrativo brasileiro	35
CAPÍTULO II – AS INFRAESTRUTURAS PÚBLICAS COMO PRESSUPOSTOS DO ESTADO MODERNO	44
2.1 O Estado moderno: gênese e significado	45
2.2 Para além da dicotomia entre Estado Liberal e Estado Social: infraestruturas como verdadeiros pressupostos do Estado Moderno .	47
2.3 A imperiosidade do desenvolvimento e a Constituição Federal de 1988.....	49

CAPÍTULO III – PANORAMA DAS ATIVIDADES

ADMINISTRATIVAS..... 59

3.1 Os fins do Estado e sua correlação com o exercício de função e atividades públicas 60

3.2 A insuficiência das clássicas atividades administrativas 62

CAPÍTULO IV – O RECONHECIMENTO DA ATIVIDADE

DE INFRAESTRUTURA PÚBLICA COMO ATIVIDADE

ADMINISTRATIVA 65

4.1 Conceito jurídico de infraestrutura 66

4.1.1 Elemento subjetivo 69

4.1.2 Elemento objetivo..... 71

4.1.2.1 Infraestrutura e bem público (obra pública) 72

4.1.2.2 Infraestrutura e serviço público 77

4.1.3 Elemento teleológico 94

4.1.3.1 Gênese constitucional 94

4.1.3.2 O sentido da expressão “desenvolvimento” na Economia 96

4.1.3.3 O sentido da expressão “desenvolvimento” no Direito 103

4.1.4 Elemento formal 107

CAPÍTULO V – DA DELEGAÇÃO DA ATIVIDADE DE

INFRAESTRUTURA 110

5.1 Considerações preliminares..... 111

5.2 Concessão de Infraestrutura 123

5.3 Concessão administrativa 132

5.4 Concessão Patrocinada..... 135

CAPÍTULO VI – PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO DA INFRAESTRUTURA	138
6.1 Considerações introdutórias.....	139
6.2 Considerações necessárias acerca de normas, princípios e regras..	150
6.2.1 Diferenciando regimes jurídicos: os princípios do serviço público	154
6.3 Princípios do Direito Administrativo da Infraestrutura.....	160
6.3.1 Princípio da indisponibilidade da atividade de infraestrutura .	160
6.3.2 Princípio da indivisibilidade e princípio da inespecificidade.	161
6.3.3 Princípio da intergeracionalidade	164
6.3.4 Princípio da prospectividade	169
6.3.5 Princípio da multilateralidade	174
6.3.6 Princípio do planejamento estratégico.....	179
6.3.7 Princípio da setorialidade	183
6.3.8 Princípio da sustentabilidade	189
6.3.9 Princípio da inovação tecnológica	192
CONCLUSÕES	200
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	205